



4

DESEMBARGADOR
RAFAEL GODEIRO
SE DESPEDE DA
PRESIDÊNCIA DO TJRN

5

JUIZ JOSÉ DANTAS DE
PAIVA ASSUME A VICE-
PRESIDÊNCIA DA AMB

N. 44
Natal - RN
OUT/NOV/DEZ
2010

ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
DO RIO GRANDE
DO NORTE

AMARN

Informa



SEMANA DE CONCILIAÇÃO SUPERA METAS NO RN

Caro leitor,

Estamos entregando mais uma edição do AMARN Informa, nosso tradicional veículo de comunicação impresso, desta feita relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro.

Esta edição, a última do ano Judiciário de 2010, apresenta como atrativos a palavra do Presidente da AMARN, juiz Azevedo Hamilton Cartaxo, que faz um balanço das realizações da Associação neste ano que se encerra, além de projetar as ações da AMARN para os meses vindouros, o que demonstra que nossa Associação continua empenhada em bem servir a magistratura do Rio Grande do Norte.

Nossos leitores também encontrarão nesta edição uma matéria especial com o Desembargador Rafael Godeiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que falará sobre os dois anos de sua gestão à frente do Poder Judiciário potiguar. O Desembargador Rafael Godeiro compartilha um pouco de sua experiência na presidência do Tribunal, destacando os projetos que foram idealizados e executados ao longo de seu mandato. É a despedida de quem cumpriu o seu dever institucional e sempre se manteve muito próximo e acessível a todos os magistrados.

Os juizes Felipe Barros e Fábio Filgueira brindam os leitores do AMARN Informa com dois artigos interessantes. Felipe Barros discorre sobre o incidente envolvendo um magistrado mineiro, por ocasião da prolação de uma decisão a respeito da aplicabilidade da Lei Maria de Penha. Fábio Filgueira fala sobre o papel do magistrado na sociedade, a justiça no contexto social e a importância do associativismo da magistratura.

Merece registro, ainda, a reportagem que trata da Semana da Conciliação, uma iniciativa do CNJ que veio para ficar, e que aqui no Estado recebeu uma atenção especial do Tribunal de Justiça, com o envolvimento e apoio incondicional de todos os magistrados.

Aproveitando esta oportunidade, desejamos aos magistrados norteroi-grandenses, seus familiares e nossos queridos leitores, boas festas e um 2011 de saúde, paz e muitas realizações.

Boa leitura a todos!

Por Juiz Mádson Ottoni de Almeida Rodrigues
Vice-presidente Institucional da AMARN



Associação dos Magistrados

do Rio Grande do Norte

Condomínio Empresarial Torre Miguel
Seabra Fagundes
R. Paulo B. de Góes, 1840 - Salas
1002, 1003 e 1004.
Candelária - Natal-RN - CEP:
59064.460
Telefones: (84) 3206.0942 / 3206.9132
/ 3234.7770
CNPJ: 08.533.481/0001-02

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente

Juiz Azevedo Hamilton Cartaxo
Vice-Presidente Institucional
Juiz Mádson Ottoni de A. Rodrigues

Vice-Presidente Administrativo

Juiz Luciano dos Santos Mendes

Vice-Presidente Financeiro

Juiz Marcelo Pinto Varela

Vice-Presidente de Comunicação

Juiz Cleofas Coelho de A. Júnior

Vice-Presidente Cultural

Juiz Odinei Wilson Draeger

Vice-Presidente Social

Juiz Jorge Carlos Meira Silva

Vice-Presidente dos Esportes

Juiz Cleanto Fortunato da Silva

Vice-Presidente dos Aposentados

Juiz Francisco Dantas Pinto

Coordenador da Região Oeste

Juiz Breno Valério F. de Medeiros

Coordenadoria da Região Seridó

Juiz André Melo Gomes Pereira

CONSELHO FISCAL

Juíza Denise Léa Sacramento
Juiz Fábio Antônio C. Filgueira
Juiz Fábio Wellington Ataíde Alves
Juiz João Eduardo R. de Oliveira
Juíza Leila N. de Sá Pereira Nacre
Juiz Luiz Alberto Dantas Filho
Juiz Marcus Vinicius P. Júnior
Juíza Rossana Alzir D. Macêdo
Juíza Sulamita Bezerra Pacheco
de Carvalho

Editora executiva

Adalgisa Emília DRT/RN 784

Projeto Gráfico e Diagramação

Firenze Comunicação Estratégica
(84) 3344-5240

Fotos

Elpidio Júnior

● Palavra do Presidente

PASSADO, PRESENTE E FUTURO



Definir projetos, acompanhá-los e concretizá-los. Firmar parcerias e receber ajuda de colegas com nível de excelência em suas áreas. Atuar politicamente dentro da instituição, com firmeza e equilíbrio. Aceitar as críticas como algo valioso e que mostram áreas que devem ser objeto de atenção. Parece complexo? Pois realmente é.

Mas Deus foi bom e ajudou os esforços da Diretoria neste ano, que construiu em equipe bons resultados.

Neste ano, a AMARN participou de 11 reuniões com o Governo para equalizar as questões do pagamento da PAE e da diferença de entrância e permanece atuando para solucionar os atrasos. Finalmente, neste ano, os juizes da turma de 2004 viram o resultado do trabalho da Associação junto à Presidência do Tribunal, ao iniciarem o recebimento da diferença de entrância.

Defendemos a magistratura na imprensa nove vezes, quase uma por mês, convictos de que calar diante das inverdades sobre os Juizes e o Poder Judiciário não é a melhor opção.

Junto à Corregedoria, por intermédio do Des. Rebouças, obtivemos a revisão das restrições à gravação de audiências, à modificação da maneira como os policiais acompanhavam as equipes correicionais e também conseguimos apoio para a extensão do raio de residência fora da Comarca.

A Associação teve êxito em seu propósito de assistir às sessões do TJ com processos disciplinares contra magistrados. Na defesa do Juiz, a

AMARN apoiou irrestritamente colega que poderia ser processado pelo conteúdo de sua sentença. A atuação da associação também foi decisiva na defesa do direito de ensinar dos magistrados. Também temos atuado sem descanso na defesa dos colegas de Mossoró, que lidam com uma subseccional da OAB beligerante. Também, pela primeira vez na história da Associação, protocolamos Mandado de Segurança no STF contra ato ilegal do CNJ.

Fiel à sua missão institucional, a Associação acompanhou os critérios de abertura de Comarcas criados pela Resolução 21 de 2010, que veio à luz em razão de parceria da AMARN com o Tribunal de Justiça. Aliás, os níveis de diálogo foram ainda mais expandidos neste ano com a Corregedoria e a Presidência, tendo a Associação recebido tratamento cordial e atencioso do Corregedor Des. João Rebouças e do Presidente Des. Rafael Godeiro. Também no plano institucional, fruto de outro esforço conjunto da Associação e da Presidência, nasceu outra Resolução, disciplinando os critérios para preenchimento das vagas nas Turmas Recursais.

Enfim, isso é só um resumo. Mas e 2011? O que nos aguarda?

Buscaremos, antes de tudo, a recomposição dos nossos subsídios, e já temos minuta de projeto de lei pronta, com o aumento dos 14,79% propostos pelo STF, para garantir agilidade quando for aprovado pelo Congresso. Vamos também fazer gestão pela redução da diferença entre as entrâncias para cinco por cen-

to, a exemplo do que já fizeram 10 outros Estados. Destacamos, ainda, que continuaremos trabalhando sem cessar pela atualização dos pagamentos da PAE e Dif. de Entrância e por critérios justos para pagamento de diárias.

No quesito das condições de trabalho, atuaremos para obter assistentes para os juizes do interior, que não os têm, que vem se convertendo numa distorção histórica.

Quanto ao plano institucional, confiamos que o Tribunal de Justiça, com especial participação dos Des. Vivaldo Pinheiro e Francisco Saraiva, regulamentará a indicação de juizes para o TRE, criando critérios de provimento das vagas. Almejamos ainda que em 2011 o Tribunal de Justiça reconheça a AMARN como uma entidade legítima para falar em nome da Magistratura Potiguar ao Pleno do nosso Tribunal, direito que este reconhece até a advogados recém-formados. O diálogo é impossível com a criação de obstáculos à comunicação franca e acreditamos que o TJ terá sensibilidade de perceber isso.

Muita coisa, amigos? Pois estamos confiantes de que 2011 será outro ano de grandes resultados.

Encerro, colegas, agradecendo em nome da Diretoria da Associação o privilégio e a honra de podermos ter trabalhado por vocês e com vocês para a construção de um 2010 frutífero. Em 2011 podem continuar contando conosco! Podemos contar com vocês?!

Juiz Azevêdo Hamilton
Presidente da AMARN

2009/2011 DESEMBARGADOR RAFAEL GODEIRO FAZ UM BALANÇO NA PRESIDÊNCIA DO TJ

A expressão “olhar para trás” pode trazer um pouco de nostalgia, mas também é um importante meio de reflexão. Sempre é assim após o término de uma gestão administrativa, por exemplo. No dia 9 de janeiro de 2009 o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte dava posse ao desembargador Rafael Godeiro na presidência, cargo que alcançou por merecimento após 13 anos de ingresso no TJ. Ao longo desses quase dois anos, o mandato se encerra no dia 7 de janeiro de 2011 – data da posse da nova presidente do Tribunal de Justiça a desembargadora Judite Nunes – ele cita que as conquistas foram importantes. “O sentimento é de dever cumprido. Procurei aproximar o judiciário do povo. Foi gratificante, por exemplo, ter feito o pagamento de mais de cinco mil precatórios, alguns com mais de 20 anos na justiça”, declarou o presidente Rafael Godeiro.

Segundo ele, o mandato fechará com a inauguração da nova sede da Esmarn, localizada no terceiro andar de um prédio na Rua Promotor Manuel Alves, em Candelária, numa solenidade marcada para dez de dezembro. Foram investidos 6 milhões de Reais no prédio da escola da magistratura, onde são desenvolvidos cursos, pós-graduações e doutorados para o aprimoramento dos magistrados.

PLANO ESTRATÉGICO – Uma das ações desenvolvidas na administração do atual presidente foi a elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do RN – com ações previstas de 2010 até 2014. Entre essas ações está o projeto de informatização dos processos. “Hoje é quase aleatório e prioriza-se um determinado setor. O Poder Judiciário vai se aperfeiçoar cada vez mais até eliminarmos o papel dos processos”, revelou o presidente do TJ.

A gestão atual foi marcada ainda pela execução de projetos



Desembargador Rafael Godeiro



O governador em exercício Rafael Godeiro recebe o juiz Mádson Ottoni, o desembargador Amaury Moura Sobrinho e o pres. da AMARN juiz Azevêdo Hamilton.

como o “Justiça na Praça”, onde foram realizadas 19 ações voltadas para o atendimento da população em várias cidades do RN. Esse projeto está concorrendo a um prêmio nacional como um dos melhores no sentido de aproximar o judiciário da população.

AMARN – O presidente do TJ falou ainda da atuação da AMARN, durante sua gestão, tendo como presidentes os juízes Mádson Ottoni e Azevêdo Hamilton Cartaxo respectivamente. “É muito importante a atuação da associação, porque os presidentes procuraram sempre dia-

logar com o Tribunal de Justiça, reivindicando os direitos dos magistrados. O TJ procurou atender a muitos deles como a substituição dos juízes nas comarcas, pagamento de verbas e direitos atrasados. Estamos ainda propondo uma resolução, a pedido da AMARN, para regulamentar o acesso dos juízes a corte eleitoral”, afirmou o desembargador Rafael Godeiro.

GOVERNO DO RN – Antes de entregar o cargo de presidente do TJ, o desembargador assumiu, durante 7 dias o governo do Estado, na ausência do então governador Iberê

Ferreira de Souza. “Foi uma realização pessoal e profissional. Nunca pensei em assumir o cargo de governador e durante 7 dias pude fazer muitas realizações. Tive a grata satisfação de inaugurar, como governador, uma APAC de Macau, a linha aérea Natal/Mossoró/Natal e ainda o Fórum Municipal de Janduíis”, disse o desembargador. Antes de encerrar o mandato como presidente do TJ, o desembargador ainda pretende publicar o edital até janeiro para a realização de concurso público no poder judiciário com 90 vagas para juízes e mil vagas para servidores.

I ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE

O I Encontro do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, ocorreu em São Paulo/SP, no Auditório do prédio MMDC do Tribunal de Justiça daquele Estado nos dias 18 e 19 de novembro de 2010.

O evento que teve como slogan “A Justiça faz bem à saúde” contou com a presença de muitos representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, advogados, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de Operadoras privadas de planos de saúde.

O Estado do Rio Grande do Norte estava muito bem representado pelos Excelentíssimos Magistrados Dr. Cleofas Coelho de Araújo Júnior e Dra. Flávia Bezerra, pelos membros do Ministério Público Dras. Iara Maria Pinheiro de Albuquerque e Kalina Filgueira, além do Diretor Médico e da advogada da Unimed Natal, respectivamente, Dr. José Gurgel do Amaral Valente Filho e Dra. Priscila Colona Laranja.

Em um auditório lotado e interessado durante os dois dias de evento os participantes tiveram o privilégio de assistir, participar e debater temas como “A ANS e a efetividade de sua missão”, “Ações coletivas x ações individuais e alternativas de solução no SUS e planos privados”, “Os planos de saúde privados e o Código de Defesa do Consumidor”, dentre outros.

No que diz respeito às operadoras privadas de plano de saúde

discutiu-se bastante sobre seu caráter suplementar e não substitutivo do Estado na cobertura de serviços de saúde; sobre o impacto positivo da ANS e Lei 9.656/98 ao setor; bem como a necessidade de se observar os limites legais de cobertura contratados entre consumidores e operadoras em prol do equilíbrio da relação e da saúde do próprio setor.

No encerramento, ao encargo da Ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ, ressaltou-se a importância do evento e da efetivação da Recomendação n.º 31 do CNJ, especialmente quanto à instalação pelos tribunais de justiça de câmaras técnicas para auxiliar os magistrados a decidirem com maior segurança ações relacionadas à saúde.

Além disso, como estava previsto desde o início do evento, ao final, foi elaborada uma declaração com recomendações a serem adotadas para a resolução dos conflitos judiciais no setor.

Dentre os objetivos a serem perseguidos nos próximos anos, o Fórum destacou os seguintes:

1 – Sugestão para que o Plenário do CNJ edite resolução que disponha sobre procedimentos que assegurem a efetividade do direito constitucional à saúde, a celeridade processual, a diminuição da litigiosidade, compondo uma política judiciária que gerencie as demandas da área da Saúde.

2 – Instalação até o mês de janeiro de 2011 dos comitês estadu-

ais, estes formados por juízes que vão promover o acompanhamento das principais demandas judiciais do setor.

3 – Realização de estudos e diagnósticos que poderão subsidiar as políticas públicas do judiciário, considerando especialmente a prevenção e solução de conflitos judiciais no que diz respeito às suas peculiaridades e dificuldades locais.

4 – Levantamento e acompanhamento regular dos processos judiciais de modo a identificar e tipificar as principais demandas dos cidadãos e as partes envolvidas nos conflitos, sejam elas entes públicos ou privados.

5 - Realização de debates e eventos científicos nos estados, com apoio das Escolas de Magistratura, como forma de preparar novas sugestões de regulação e procedimentos para o setor que poderão ser discutidos no mês de maio, ocasião em que deverá ser realizado o II Encontro do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde.



● Semana de Conciliação

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte participou ativamente da quinta edição da Semana Nacional de Conciliação, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de cumprir as metas 2 e 3 que prevêem, respectivamente, o julgamento dos processos que ingressaram no Judiciário até dezembro/2006 e a redução do número de processos na fase de cumprimento ou execução.

A Semana de Conciliação começou com o mutirão de conciliação com os processos relacionados ao seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores, o DPVAT, entre os dias 23 e 26 de novembro. Nesse mutirão foram realizadas 1800 audiências sobre DPVAT em Natal, 700 em Mossoró e 400 em Caicó, totalizando mais de três mil Audiências de conciliação.

Depois, no período de 29 de novembro a 3 de dezembro aconteceu a Semana Nacional de Conciliação no RN e a abertura do evento foi feita com o casamento comunitário de 200 casais, numa cerimônia conduzida pelo juiz Luiz Cândido de Andrade Villaça.

Cerca de 110 juízes e 400 servidores do TJRN participaram da quinta edição do evento em todo Estado. Neste ano, o diferencial é que, na Capital do Estado, as audiências das empresas mais demandadas foram centralizadas no subsolo do Fórum Seabra Fagundes visando facilitar para essas empresas a designação de prepostos e advogados para, em contrapartida, apresentarem propostas agressivas de conciliação.

Exemplo disso foi o Banco do Brasil SA que, comumente, não realiza acordos em audiência, mas, atendendo a um projeto da Comissão Pela Conciliação no RN, que foi até a Presidência do Banco em Brasília para solicitar sua participação na Semana da Conciliação, brindou o RN com um projeto piloto no Brasil que pautou

1000 audiências e teve um aproveitamento de 55% de composições.

Outras empresas, como Oi/Telemar, Banco HSBC, Banco Santander, Banco Bradesco, Tim, Claro e Unimed, que também possuíram sala unificada no subsolo do Fórum Seabra Fagundes, tiveram índices mais modestos, na faixa de 40% de conciliações, mas houve destaque para Cosern que conciliou cerca de 70% dos processos pautados.

Outro destaque desta 5ª edição no RN foi a pauta de processos do executivo fiscal municipal e estadual que, graças a contatos prévios da Comissão Pela Conciliação no RN com as Procuradorias do Município de Natal e Estado, que elaboraram suas autorizações legislativas, foram pautados mais de mil processos, com índices superiores a 70% de conciliações.

Em Natal, as audiências de conciliação aconteceram no Fórum Miguel Seabra Fagundes, no Edifício Lagoa Center (Execução Fiscal) e nos Fóruns dos Distritos da Zona Sul e Zona Norte e, no interior, as audiências ocorreram nos fóruns de cada comarca.

RESULTADO DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO NO RN:

Audiências designadas: 13.128
Audiências realizadas: 10.312
Total de acordos homologados: 5.548
Soma total dos valores homologados: R\$ 18.629.893,09
Total de pessoas atendidas: 21.869
Palestras realizadas em todo Estado: 117

O RISCO DO PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO DAS DECISÕES JUDICIAIS



Felipe Luiz Machado Barros
Juiz de Direito da Comarca de
Poço Branco

O recente caso do colega magistrado da comarca de Sete Lagoas, nas Minas Gerais, acendeu forte debate nas bases da magistratura preocupada com um dos itens mais sagrados na pauta de prerrogativas do cargo de juiz: a liberdade na fundamentação de suas decisões.

Infelizmente, muitos tendem a se inclinar favoravelmente à decisão administrativa do Conselho Nacional de Justiça, que suspendeu o referido magistrado por dois anos de suas atividades, com direito a pagamento de subsídios apenas proporcionalmente, por entenderem que houve abuso do juiz em sua linguagem, ao negar aplicação da famigerada “Lei Maria da Penha” por duplo vício de inconstitucionalidade, formal e material.

Sem adentrar aqui no mérito da questão, isto é, sem examinar academicamente se agiu correta ou incorretamente o juiz de direito prolator da decisão, gostaria de chamar a atenção para algo que vai para além da mera preocupação com nosso futuro, consubstanciando-se no risco, agora concretizado, de nos vermos, enquanto magistrados, patrulhados ideologicamente pelo conteúdo dos nossos julgamentos.

O ato de julgar é tarefa muito singular e não está entre as mais fáceis, de modo que não a comparo a nenhuma outra atividade. Exige profunda reflexão e adoção de postura

crítica e auto-crítica do magistrado. Exige liberdade de pensamento e expressão para decidir até mesmo contrariamente à assim denominada popularmente como a “voz rouca das ruas”.

Diversamente de quem requer, muitas vezes o fazendo sem limites, o juiz, ao decidir, chama para si toda a responsabilidade ao proferir sua decisão, mesmo que não o queira, e, por causa disso, converte-se automaticamente em vidraça, devendo, por isso mesmo, ser protegido por aquilo que uns chamam de privilégios, quando, em verdade, são prerrogativas. Prerrogativas do cargo e não do sujeito, para que fique bem claro.

A motivação das decisões, sentenças e acórdãos é o momento em que o magistrado, após ouvir tudo o que as partes afirmaram, numa sequência de teses e antíteses, procura sintetizar os pensamentos expostos de maneira igualmente livre para formar e expor a sua visão à luz dos preceitos constitucionais, legais e de experiência.

Esse processo de sublimação em muitos casos é bastante simples, quase que burocrático, mas em tantos outros, como dito, exige hercúleo exercício de busca de conhecimentos jurídicos e metajurídicos, postura de humildade para nos colocarmos no lugar de quem estamos julgando,

etc., todos elementos que, dependendo do caso que tenhamos em nossas mãos, facilmente poderá nos tirar o sono, e tenho certeza de que a maioria dos colegas já tiveram algum processo em suas mãos incluído nessa categoria.

O problema posto pelo CNJ a partir desse leading case (processo administrativo disciplinar nº 0005370-72.2009.2.00.0000, não disponível seu conteúdo no site do Conselho, que está sob o resguardo do segredo de justiça, em que pese todos sabermos do que se trata e haver a notícia se espalhado em todos os veículos de comunicação) é que, a partir de agora, teremos que tomar muito cuidado na hora de decidir - patrulhados que estamos - para não correremos o risco de magoarmos nenhuma minoria ou maioria que se sinta atingida por palavras por nós mal escolhidas ou aplicadas no ato do julgamento.

Vivemos uma era de transição para o Poder Judiciário, e, nessa transição, muitos direitos dos magistrados vêm sendo queimados, tais como a licença-prêmio, o adicional por tempo de serviço, a aposentadoria integral (atingiu apenas os magistrados pós-EC/45), etc., e, agora, o sagrado direito de fundamentar suas decisões de acordo com suas consciências. Seria essa escalada algo intencional? Estaríamos caminhando para a odiosa senda da higieniza-

ção mental? A quem interessaria juízes sem liberdade de pensar e agir? Nem em tempos imperiais, quando criado o cargo de juiz de direito (segundo Câmara Cascudo, em “História da Cidade do Natal”, com o Código de Processo Penal do Império, de 29-9-1831), viu-se algo semelhante, não se atrevendo o Imperador a censurar seus magistrados.

Sob o signo de uma pretensa interpretação constitucional testemunhamos diuturnamente direitos e prerrogativas serem duramente atingidos, sob o beneplácito da mesma “voz rouca das ruas” que alguns de nós teimam em respeitar mais do que o direito e a justiça; a mesma voz que um dia já determinou, em França, que os magistrados daquele país colocassem suas cabeças no pedestal da guilhotina, e que, nos Estados Unidos da América, vem influenciando uma política menos democrática, a partir de uma leitura maliciosa da Constituição (vide *The Tyranny of Good Intentions: how Prosecutors and Law Enforcement are trampling the Constitution in the name of Justice*, de Paul Craig Roberts e Lawrence M. Stratton).

Qual então o caminho a tomarmos diante desse quadro? Penso que nossas Associações têm que assumir em definitivo seus papéis de entidade representativa de nossa classe e partir para uma defesa mais contundente, passando a agir no plano do Poder Legislativo e perante o CNJ e STF, a fim de demonstrar, convencer, buscar algum apoio efetivo que seja, para que não se arruine com o Poder Judiciário em nossa ainda adulescente democracia.

Até que as coisas sejam postas em seus devidos lugares (e não se sabe como, nem quando, nem se irá acontecer), tenho certeza de que o clima será de muita insegurança para o juiz, pois, em definitivo, estaremos sofrendo patrulhamento ideológico do conteúdo de nossas decisões, que, pelo visto, terá de agradar aos senhores Conselheiros (e censores) do CNJ.

● Indicação de livro

Pelo Juiz de Direito
Odinei W. Draeger

O CAMINHO DA SERVIDÃO

Qual a receita para levar uma nação à escravidão? Algo deve acontecer para que um povo outrora livre possa ser submetido a regimes cruéis e opressores como o nazismo e o comunismo. Friedrich August von Hayek buscou responder essa questão por meio da análise da situação europeia no período anterior ao da Segunda Guerra Mundial. Suas ponderações são resumidas em um pequeno livro, *The Road to Serfdom*, no Brasil publicado sob o nome *O Caminho da Servidão*, pela Editora do Instituto Liberal.

A preocupação inicial de Hayek – esclarecer a crescente confusão sobre o real caráter socialista do nazismo – é uma das mais significativas reflexões contidas no livro: o nazismo não era uma radicalização do capitalismo, tampouco era uma reação ao perigo da ditadura socialista internacional, que na época já era declarada como intenção, mas encoberta pelo fato da União Soviética aliar-se no esforço de guerra contra Hitler. Antes disso, era uma consequência inevitável das ideias socialistas que circulavam na Alemanha desde o final do séc. XIX.

O livro ilustra de maneira magistral que o controle estatal da economia corresponde sempre em igual medida na restrição da liberdade e no aumento do poder político do estado. *O Caminho da Servidão* é um destes livros cuja leitura liberta. Liberta dos erros históricos impregnados no senso comum contemporâneo e, com sorte, de qualquer idealismo tolo que se possa ter. Um livro profilático que se lido por todos os deslumbrados com as proclamadas mágicas do controle social salvaria muitas vidas das tragédias que tomam lugar onde quer que o socialismo consiga se instalar.



Título
O caminho da servidão
Autores
F. A. Hayek
Editora
Instituto Liberal
Preço
R\$ 26,00



O JUIZ DEVE TER SENSIBILIDADE PARA AS QUESTÕES HUMANAS”.



A entrevista é uma das principais ferramentas do jornalista. Não é um mecanismo apenas técnico, mas também de interação. Foi assim, em pouco mais de 30 minutos de conversa, que pude conhecer o juiz Fábio Antônio Correia Filgueira. A ideia era traçar um perfil do entrevistado, professor da pós-graduação da UFRN e UNP.

A professora de comunicação Social da USP Cremilda Medina cita no seu livro “A entrevista: o diálogo possível” que a ligação entre entrevistador e entrevistado deve ser um ato humanizado. É ainda um momento de aprendizado e buscas sobre algo, muitas vezes, nem perceptíveis. A seguir alguns trechos da entrevista:

PAPEL DO JUIZ - A primeira pergunta é sobre o papel do juiz na sociedade atual. “A função social é de procurar em cada caso concreto aplicar o direito da melhor maneira possível e, acima de tudo, a justiça. Um juiz é um cidadão cuja função é procurar resolver os conflitos sociais que chegam às suas mãos. A ideia

de justiça é tornar o processo humanizado e o juiz deve ter essa sensibilidade”, afirmou o magistrado.

SOCIEDADE - Uma das questões abordadas, quando se trata de justiça, é com relação ao acesso à sociedade. Ao longo dos últimos anos, várias ações vêm sendo desenvolvidas para estreitar essas relações como a justiça gratuita. “O acesso à justiça está mais fácil, principalmente por causa da criação dos juizados especiais. Hoje, dependendo do valor da demanda, é possível entrar com uma ação sem constituir um advogado”, afirmou o juiz Fábio Filgueira, que está há 20 anos na magistratura potiguar. Ele diz que outra forma de tornar a justiça mais acessível é com relação a linguagem e que há uma tendência para que essa linguagem jurídica fique menos rebuscada. “Tem termos técnicos em todas as áreas, mas defendo que as expressões latinas deveriam sair”, completou.

AMARN – Conselheiro fiscal da Associação dos Magistrados do Rio

Grande do Norte, Fábio Filgueira, defende as ações associativas e vem contribuindo de forma intensa para divulgar e trabalhar isso de maneira ampla com todos os envolvidos. “A Associação é uma espécie de braço político, no sentido de ser um canal de manifestação dos juizes, numa visão de mundo e da sociedade. É um canal de comunicação entre o juiz e a sociedade. Hoje, temos tido participações nas questões nacionais, através da AMB, como foi o caso do projeto “Ficha-Limpa”. Tem havido um engajamento maior dos colegas, uma conscientização da importância da associação dos magistrados, não só dentro do poder judiciário, mas também contribuindo para avanços da sociedade”, afirmou Fábio Filgueira.

Um perfil de um entrevistado pode revelar ideias e concepções do mundo, mas também depende da interpretação de quem escreve e de quem ler. Na verdade, pude conhecer um juiz humanizado e lúcido da importância do seu papel na construção de uma sociedade justa e ética.

O JUIZ JOSÉ DANTAS DE PAIVA NA AMB

MAGISTRADO ASSUMIU O CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA AMB EM DEZEMBRO

O senhor é magistrado há quanto tempo?

Há 22 anos. Antes, fui Assessor Jurídico da então FEBEM, hoje FUNDAC, e Promotor de Justiça Substituto.

Qual a expectativa para essa gestão como vice-presidente da AMB?

Quando aceitei concorrer como vice-presidente foi com a expectativa de realizar um trabalho diferente, ainda não visto na AMB. A entidade, apesar de representar todos os magistrados do Brasil, não tem tradição em desenvolver trabalhos voltados para a Justiça da Infância e da Juventude, especificamente buscando a valorização dos juízes que atuam nessa área. Muitas vezes estes são tratados como magistrados de segunda categoria, tão invisíveis quanto à criança e o adolescente.

Como deve ser a relação entre a AMB e as associações estaduais dos magistrados?

De co-responsabilidade. O presidente da entidade não administra sozinho. Ele deve ouvir os representantes das entidades com assento no Conselho Geral de Representantes das entidades ligadas a AMB e, naturalmente, a sua própria Diretoria. Tenho certeza que os debates serão profícuos.

Quais as principais metas a frente da nova gestão?

Como integrante do Conselho Executivo tenho várias metas, que deverão

integrar as metas e propostas da AMB. É de fundamental importância para a nossa área a aprovação da PLC nº 134/09, em tramitação no Senado, que cria, por lei, a execução das medidas sócio-educativas; implantação do Sistema Nacional Sócio-educativo – SINASE; contribuir, junto ao CNJ, do aperfeiçoamento dos cadastros nacionais em matéria de infância e juventude, eis que, nessa área, somos carentes de informações e de dados confiáveis; propor a criação de fóruns nacionais e regionais; trabalhar junto aos Tribunais de Justiça para a valorização dos Juízes da Infância e da Juventude e fortalecer a Justiça especializada, dotando-a de condições mínimas de funcionamento, inclusive as coordenarias estaduais; criar espaço na Escola Nacional da Magistratura – ENM, para o aperfeiçoamento dos magistrados no Direito da Infância e da Juventude, dentre outros temas; participar, ativamente, das datas simbólicas que promovem e defendem os direitos humanos de crianças e de adolescentes. No entanto, não me eximirei da responsabilidade de participar dos debates de outros temas nacionais e de interesses da magistratura e da sociedade.

O senhor é o único representante do RN nessa nova gestão. Qual o sentimento de representar o Estado?

Sentimento de responsabilidade pessoal e profissional. Agora, por outro lado, é um privilégio ter a oportunidade de representar e trabalhar em



prol da nossa magistratura. Entretanto, quero dividir a responsabilidade com a AMARN, que também representa a magistratura potiguar, junto a AMB.

Qual a mensagem, em especial, para todos os magistrados do RN nessa nova fase?

De Esperança e confiança. Dizer aos colegas, especificamente aqueles que ainda sonham, que nós estamos melhorando e crescendo, tanto em tamanho quanto em qualidade. Disse, certa vez, que eu sou do tempo em que o Poder Judiciário cabia dentro do prédio onde hoje funciona a 2ª instância. É verdade, ali funcionavam o Tribunal de Justiça e a maioria das varas. No interior, a situação era mais difícil. Dependíamos da Prefeitura e do tabelião. Eram eles que mantinham o funcionamento da justiça. Era angustiante ter que sair do seu gabinete, muitas vezes emprestado, para pedir ao prefeito que comprasse papel para trabalhar. A situação, hoje, apesar de não ser ainda a ideal, é diferente. Temos uma estrutura razoável e estamos desenvolvendo vários projetos e programas de gestão, graças às cabeças pensantes do judiciário. Na verdade, temos que continuar trabalhando, sonhando e acreditando e, com isso, tornar a sociedade mais justa e solidária.

Como estamos no período natalino, eu e a minha família, desejamos a todos um feliz natal e um ano novo repleto de realizações.

FOTOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO NO RN

Fotos: Tasso Pinheiro

Juízas Rossana Alzir,
Renata Aguiar e
Sulamita Pacheco.



População sendo atendida na
Semana Nacional de Conciliação.



População no Fórum Miguel Seabra Fagundes.



Atendimento no Fórum.



Juíza Sulamita Pacheco, Desembargadora
Zeneide Bezerra e o juiz Cleofas Coelho.



Desembargadora Maria Zeneide Bezerra após um acordo na justiça.



Juízes e servidores do TJRN.



Casamento coletivo.